

Euclides Ayres de Castilho¹

Luis Eugênio Portela Fernandes de Souza^{II}

Pedro Gabriel Godinho Delgado^{II}

Apresentação

Em todo o mundo, os transtornos mentais são um importante problema de saúde pública. Milhões de pessoas sofrem e têm sua qualidade de vida comprometida. Além disso, os sistemas de saúde se vêem frente ao desafio de oferecer serviços que promovam e recuperem a saúde mental, com custos suportáveis pelas sociedades.

A abrangência e a complexidade das ações necessárias ao cuidado da saúde mental resultam da simultaneidade em favorecer a autonomia dos indivíduos e fortalecer os laços de solidariedade entre as pessoas e as comunidades.

Nesse sentido, o desafio que se apresenta é, antes de tudo, político. É a coletividade – governos e sociedade civil – que decide as formas de atenção à saúde mental.

Felizmente, no Brasil, desde a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), tem avançado uma política de saúde mental que se baseia no respeito à dignidade da pessoa com transtorno mental e na promoção de sua integração à comunidade.

É certamente a pesquisa científica que tem contribuído para esse avanço. O Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (Decit) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) têm investido no fomento à pesquisa em saúde mental no Brasil. Além de editais que têm contemplado, entre outras áreas, a saúde mental, foi lançado um edital específico para essa área em 2005.

Cinco pesquisas avaliam Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), serviço de saúde estruturante da rede de saúde mental do SUS. Em uma delas, Nascimento & Galvanese descrevem a estrutura de 21 CAPS do município de São Paulo, identificando sua heterogeneidade, o que acaba por se refletir em diferentes modelos de atenção, que vão desde o que chamam de “equipamentos-síntese” até a tentativa de construção de uma rede de cuidados. Em outra pesquisa, Onocko-Campos et al avaliaram a rede de CAPS de Campinas (SP) e relatam a eficácia de sua cobertura. Salientam, todavia, a existência de desafios referentes à gestão do trabalho e da educação em saúde. Na terceira pesquisa, Cavalcanti et al em estudo de três CAPS no município do Rio de Janeiro (RJ), depreenderam os critérios utilizados para admissão e encaminhamento de pacientes, além de avaliar a continuidade de cuidados nos CAPS. Pacientes com transtornos mentais severos e persistentes são admitidos, mas a continuidade de cuidado é problemática. Em estudo com cerca de 1000 usuários de 30 CAPS da Região Sul, Kantorski et al, com avaliação quantitativa e qualitativa, concluem que os usuários encontram-se satisfeitos com o atendimento nos serviços. Ainda no que tange aos CAPS, Silva et al, por meio de análise organizacional, concluem que para a gestão dos serviços a subjetividade de trabalhadores e de usuários é inerente ao processo de trabalho.

Outra pesquisa, conduzida por Lopes et al, trata de um tema de alta relevância e de difícil abordagem. Seus resultados são preocupantes: o estudo mostra uma prevalência elevada da infecção pelo vírus da hepatite C (subtipo 1a) em usuários de drogas de Goiânia e Campo Grande, além de identificar o uso injetável como principal fator de risco para a infecção. Também preocupados com a problemática da drogadicção, Ronzani et al implementaram e avaliaram, após seis meses, estratégias de triagem associadas às intervenções breves para

¹ Editor Científico do Suplemento

^{II} Editor Associado do Suplemento

a prevenção do uso de álcool em serviços de atenção primária à saúde, em três municípios mineiros.

A avaliação econômica, comparando distintas opções terapêuticas, é, sem dúvida, muito útil às políticas de saúde mental. É mais interessante ainda quando, além dos custos, compara os resultados. Assim, o estudo realizado por Marasciulo et al mostra que os antipsicóticos haloperidol e risperidona apresentaram melhor relação de custo-utilidade quando comparados à olanzapina. Segundo os autores, a utilização de antipsicóticos com melhor relação de custo-utilidade otimiza recursos, sem causar prejuízos à saúde dos pacientes.

No que diz respeito às intervenções no campo da saúde mental, Habigzang et al concluem que o modelo de grupo terapia cognitivo-comportamental é efetivo para a redução de sintomas psicológicos de meninas vítimas de abuso sexual.

No campo da psicometria, estudo empírico de Figueira et al conclui que a escala de Edinburgo é um bom instrumento para a triagem de depressão pós-parto, podendo ser útil para a prevenção e tratamento deste problema, cuja prevalência o torna muito relevante para a saúde pública.

Como parte das ações pró-equidade no SUS, a política de saúde da população negra vem, aos poucos, se consolidando no Brasil. Uma área específica que merece muita atenção é a da possível contribuição das religiões afro-brasileiras para a promoção e recuperação da saúde, inclusive mental. Neste sentido, a pesquisa de Alves & Seminotti é uma interessante contribuição ao descrever a experiência de um terreiro, em Porto Alegre (RS), como um espaço de acolhimento e aconselhamento, onde as dificuldades vividas no âmbito das relações interpessoais e coletivas são abordadas de maneira integral, em suas dimensões física, psíquica e espiritual. Assis et al, com base nos resultados de estudo conduzido entre escolares seis a 13 anos de idade, observaram que crianças abaixo da linha de pobreza, de cor da pele negra, com pais com baixa escolaridade, e vivendo em famílias monoparentais compostas por madrasta/padrasto, apresentavam precária competência social e acentuados problemas de comportamento. Nunes & Torrenté, após sistematizar modalidades de violência, propõem a constituição de observatórios estaduais das violências que acometem pessoas que vivenciam sofrimentos psíquicos graves. Esses observatórios seriam capazes de planejar e avaliar contra-ações às conseqüências do estigma dos transtornos mentais e comportamentais.

Decerto os artigos aqui publicados, decorrentes daquelas pesquisas, são contribuições à compreensão do processo saúde-doença-cuidado que podem vir a aperfeiçoar a formulação e a implantação de políticas efetivas, eficientes e equitativas.